O SEMPRE PRESENTE QUESTIONAMENTO DA LIMITAÇÃO DE IDADE PARA INGRESSO NAS FORÇAS ARMADAS

Hélio de Almeida Domingues
Consultor Jurídico-Adjunto do Comando da Marinha

1 Entendimento Doutrinário; 2 Entendimento Jurisprudencial; 3 Profissão Militar – Carreira Militar – Características e Peculiaridades; 4 Legislação Constitucional e Infraconstitucional; 5 Conclusão.

RESUMO: Edital de concurso para inscrição em processo seletivo para admissão à Escola Naval estabeleceu idade limite.

Candidato que ostentava, à época da inscrição, treze dias acima da idade limite fixada no edital, e que, por tal razão, não conseguiu efetivar sua inscrição para o processo seletivo, sentindo-se prejudicado no seu direito de ingressar nas fileiras das Forças Armadas, ajuizou ação mandamental, cuja segurança veio a ser, afinal, denegada 1.

Entendimento jurisprudencial sobre a imposição de limites, por meio de editais, nos certames para ingresso nas Forças.

As condições de ingresso nas Forças Armadas são decorrentes das especificidades das suas atividades.

A legislação constitucional e infraconstitucional sobre o tema.

O presente estudo objetiva, com fundamentos doutrinários, jurisprudenciais e conceituais, apresentar a questão quando o ingresso diz respeito a cargo militar.

PALAVRAS-CHAVE: Limite de idade. Edital de certame para ingresso nas Forças Armadas. Jurisprudência. Legislação.

1 Mandado de Segurança nº 2008.51.01.008187-0, 3ª Vara Federal/RJ, do qual se extrai o seguinte trecho: “Em princípio, pode-se ter a impressão de que não se afigura razoável o indeferimento da inscrição por uma diferença de 23 dias. Todavia, confirmando-se o autor como inscrito, com que base seria indeferida a inscrição de um candidato apenas um dia mais novo que ele? E, assim, caso fosse seguido o mesmo raciocínio indefinidamente, percebe-se que, na prática, não haveria limite algum. Por tal razão, assim como acontece – por exemplo – nas competições esportivas das categorias de base, impõe-se a rigidez absoluta do limite.”

1 ENTENDIMENTO DOUTRINÁRIO

CELSON ANTONIO BANDEIRA DE MELLO, in “Regime Constitucional dos Servidores da Administração Direta e Indireta, ed RT, 1990, p. 51:

Como regra, a idade não mais pode ser exigida em fator obstativo da acessibilidade, excetuados, evidentemente, o limite mínimo para o trabalho adulto e o máximo, que coincide com o estabelecido para aposentadoria compulsória. Isto porque, para os admitidos em regime de emprego, o art. 7º, XXX, o impediria, já que ali se dispõe ser proibida a adoção de critério de admissão por motivo de idade. A mesma vedação se impõe para os admitidos no regime de cargo, “ex vi” do art. 39, par. 2º, de acordo com o qual aos servidores da administração direta, autarquias e fundações públicas aplicam-se, entre outros incisos do art. 7º, o mencionado inciso XXX.

Observou-se que tal requisito como regra não pode ser exigido. Isto porque haverá hipóteses nas quais do fator idade pode resultar uma *específica incompatibilidade com algum determinado cargo ou emprego*, cujo satisfatório desempenho demanda grande esforço físico ou acarrete desgaste excessivo, inadequados ou impossíveis a partir de certa fase da vida. Não se tratará, pois, de uma pretendida limitação indiscriminada e inespecífica - inadmitida pelo Texto Constitucional - mas, pelo contrário, da inadaptação física, para o satisfatório desempenho de *certas funções* como consequência natural da idade.

Tais hipóteses serão raras e excepcionais, mas não são de Excluir. (grifo do autor)

MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO, in *Direito Administrativo*, Ed. Atlas, 7a ed., p. 365, quanto ao tema deixa consignado:

O que está gerando maior polêmica é a proibição de discriminação em razão de idade. Entenda-se, com esse dispositivo, que não mais pode ser estabelecido limite de idade para ingresso no serviço público. A resistência à observância dessa norma já se fez sentir pela Administração Pública, que continua a aplicar os limites de idade previstos na legislação ordinária. Embora o objetivo do constituinte seja o de proibir o limite de idade, a proibição não pode ser interpretado de modo absoluto; primeiro porque o art. 37, I, deixa para a lei

ordinária a fixação dos requisitos de acesso aos cargos, empregos e funções; segundo, porque, para determinados tipos de cargo seria inconcebível a inexistência de uma limitação, quer em relação a sexo, quer em relação a idade. Não se poderia conceber que, para o cargo de guarda de presídio masculino, fossem admitidas candidatas do sexo feminino, ou que para certos cargos policiais fossem aceitas pessoas de idade mais avançada. Como diz Celso Antonio Bandeira de Mello (1978:24), 'as discriminações são recebidas como compatíveis com a cláusula igualitária apenas e tão-somente quando existe um vínculo de correlação lógica entre a peculiaridade diferencial acolhida, por residente no objeto, e a desigualdade de tratamento em função dela conferida'. E acrescenta que, 'por via do princípio da igualdade, o que a ordem jurídica pretende firmar é a impossibilidade de desigualdades fortuitas ou injustificadas.

Cabe ao legislador, portanto, estabelecer critérios para admissão com obediência ao princípio da isonomia, só estabelecendo exigências específicas quando necessárias em razão das atribuições a serem exercidas.

ADILSON ABREU DALLARI, in Regime Constitucional dos Servidores Públicos, 2ª ed. RT, p. 32, assim se expressa:

A questão dos requisitos que a lei poderá estabelecer como condição de provimento de cargos, funções e empregos públicos fica um pouco mais complicada diante da proibição expressa da utilização do sexo, idade, cor ou estado civil como critério de admissão, conforme consta do art. 7º, XXX, aplicável aos servidores públicos por determinação do art. 39, par. 2º da CF.

Assim sendo, tanto o estabelecimento de condições referentes à altura, à idade, bem como ao sexo, poderão ser lícitos ou não, caso respeitem ou violem o princípio da isonomia, isto é, caso seja ou não pertinentes, o que se verificará em cada caso concreto. Condição pertinente será somente aquela ditada pela natureza da função a ser exercida, ou seja, circunstância, fator ou requisito indispensável para que a função possa ser bem exercida, o que não se confunde com a mera conveniência da administração, nem com preferências pessoais de quem quer que seja.

Assim nos manifestamos e assim entenderam, por unanimidade, os demais participantes da mesa que conduziu os debates

sobre o assunto durante o 11º Curso de Especialização em Direito Administrativo, realizado na Pontifícia Universidade Católica, em 1973, quais sejam o Prof. Celso Antonio Bandeira de Mello (coordenador), o Prof. Celso Bastos e o Prof. Michel Temer. A conclusão final, formulada pela coordenação, acompanhando quase literalmente o que havia sido proposto por um dos grupos de trabalho, foi assim redigida: “pode ser estabelecida limitação para inscrição em concurso público, em razão do sexo ou idade, por lei, desde que atendido o princípio da correlação lógica entre o elemento discriminador e o discrimen estabelecido.

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO, in *Manual de Direito Administrativo*. 9. ed. Lúmen Júris, 2002. p. 509:

Sexo e Idade. Os fatores pertinentes ao sexo e à idade de candidatos ao provimento de cargos públicos têm provocado funda controvérsia entre os estudiosos e nos Tribunais.

Segundo pensamos, a análise de tais requisitos deve ser efetuada levando em conta tão-somente a natureza das funções a serem exercidas pelo futuro servidor. Podemos, no entanto, considerar que a regra geral consiste na impossibilidade de eleger esses fatores como requisitos de acesso aos cargos e empregos públicos. Homens e mulheres, independentemente de sua idade, devem desfrutar normalmente as vagas reservadas para candidatos em concurso público.

É forçoso reconhecer, porém, a existência de certas situações e de certas funções públicas que permitiriam a fixação de determinada idade ou determinado sexo. O que é certo, diga-se por oportuno, é que tais situações devem revestir-se de caráter de excepcionalidade para não haver ofensa aos postulados constitucionais aplicáveis. Não obstante, se ocorrerem, será lícito estabelecer o requisito.

No que toca à idade, entendemos acertada a observação de CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO, segundo o qual ‘não é inconstitucional estabelecer limite de idade quando o concurso destinar-se a determinados cargos ou empregos cujo desempenho requiera esforços físicos ou cause acentuados desgastes intoleráveis a partir de faixas etárias mais elevadas.

[...]

No que diz respeito à idade mínima, deve aplicar-se a mesma linha de pensamento adotada para o limite máximo de idade. O ponto central da legitimidade ou não dessa fixação, repita-se, é a natureza das funções a serem exercidas. Se a Administração institui limite mínimo ofendendo o princípio da razoabilidade, o requisito é inconstitucional. Caso demonstre, de forma fundamentada, a razão por que é fixada a idade mínima, a restrição é legítima e não merece qualquer impugnação.

ODETE MEDAUAR, in *Direito Administrativo Moderno*, 5. ed. Revista dos Tribunais. p. 315:

No tema do concurso público também surgiu controvérsia em torno do *limite de idade*, em especial o limite máximo. Isto porque o inc. XXX do art. 7º da Constituição Federal, aplicável aos servidores públicos por força do art. 39, par. 3º, veda, entre outras, diferenças de critério de admissão por motivo de idade. Essas controvérsias predominaram no atinente a concursos públicos para cargos na Magistratura e no Ministério Público. Duas correntes se formaram: uma no sentido da vedação absoluto de limite de idade (v. acórdãos TRF 1ª Reg., Rem. Ex. off. 9001.01895-5 DF, DJU 06.08.1990 e TRF 5ª Reg. Rem., Ex. off. 1.781-RN, DJU 13.08.1991); outra, admitindo a fixação de limite por lei, ante a natureza das atividades do cargo, sendo a limitação razoável e pertinente (v. acórdãos RMS 21.033, STF, RTJ 135, p. 961, e TRF 5ª Reg., Rem. Ex. off. 1.784 - RN, DJU 13.08.1990). A segunda corrente veio a prevalecer, porque a Emenda Constitucional 19/98, ao manter a aplicação do inc. XXX do art. 7º aos servidores, acrescentou que a lei pode estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

2 ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL editou a Súmula nº 683 com os seguintes dizeres:

O limite de idade para inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

A Súmula em questão foi aprovada em sessão plenária, de 24 de setembro de 2003, tendo sido publicada no DJ de 9/10/2003, p. 5; DJ de 10/10/2003, p. 5, e DJ de 13/10/2003, p. 5.

Além do que já foi fixado pela mencionada Súmula, podemos mencionar, da Colenda Corte, as seguintes decisões:

a) Recurso Extraordinário nº 165.305, Relator Ministro ILMAR GALVÃO, RTJ 156/331, com a seguinte ementa:

Administrativo. Concurso Público para a categoria de médico, do quadro de pessoal do município. Acórdão que concluiu pela legitimidade da exigência da idade máxima de 45 anos. Alegada violação às normas dos arts. 7º, XXX, e 39, par. 2º, da Constituição Federal. Inadmissibilidade do discrimine, face ao princípio da igualdade que, em vista das normas em referência, aplica-se ao sistema de pessoal civil do Município, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na Constituição e aquelas em que a limitação de idade constitua requisito necessário em razão da natureza e das atribuições do cargo a preencher. Orientação assentada pela jurisprudência do STF, de que se desviou a decisão recorrida.

b) Recurso no Mandado de Segurança nº 21.046-0-RJ, Relator Ministro SEPULVEDA PERTENCE, DJU de 14/11/91, p. 16356, com a ementa:

EMENTA: Concurso público: indeferimento de inscrição fundada em imposição legal de limite de idade. que configura, nas circunstâncias do caso. discriminação inconstitucional (CF, arts. 5º e 7º, XXX): segurança concedida.

A vedação constitucional de diferença de critério de admissão por motivo de idade (CF, art. 7º, XXX) é corolário, na esfera das relações de Trabalho, do princípio fundamental de igualdade (CF, art. 5º, caput), que se estende, a falta de exclusão constitucional inequívoca (como ocorre em relação aos militares - CF, art. 42, § 11), a todo o sistema do pessoal civil. É ponderável, não obstante, a ressalva das hipóteses em que a limitação de idade se possa legitimar como imposição da natureza e das atribuições do cargo a preencher.

Esse não é o caso, porém, quando, como se dá na espécie, a lei dispensa do limite os que já sejam servidores públicos, a evidenciar que não se cuida de discriminação ditada por exigências etárias das funções do cargo considerado.

c) Agravo em Agravo de Instrumento nº 157.644-9, Relator Ministro MOREIRA ALVES, DJU de 10/2/95, p. 1879, assim ementado:

Agravo regimental. Limite de idade para admissão no serviço público. Esta Corte tem entendido que, nesse caso, o critério estabelecido para se verificar se ocorre, ou não, discriminação por idade é o de que só se admite essa limitação se ela for razoável em face da natureza e das atribuições do cargo a preencher. Na hipótese sob julgamento, essa razoabilidade inexistente - Acórdão completo na RT 717/301.

d) Recurso Extraordinário nº 177.570-0 Bahia, Relator Ministro CARLOS VELLOSO, com a ementa:

Constitucional. Administrativo. Servidor Público. Concurso Público. Limite de Idade. Técnico do Tesouro Nacional. CF., art. 7º, XXX, art. 39, par. 2º.

I - Pode a lei, desde que o faça de modo razoável, estabelecer limites mínimo e máximo de idade para ingresso em funções, emprego e cargos públicos. Interpretação harmônica dos artigos 7, XXX, 39, par. 2º, 37, I, da Constituição Federal.

II- O limite de idade, no caso, para inscrição em concurso público e ingresso na carreira de Auditor Fiscal do Tesouro Nacional, não se assenta em exigência etária ditada pela natureza das funções do cargo, dado que o edital excetua da discriminação os ocupantes de cargo ou emprego da Administração Federal Direta e Autarquias. A limitação, portanto, é ofensiva à Constituição, art. 7º, XXX, “*ex vi*” do art. 39, par. 2º.

III - Precedentes do STF: RMS 21.033-DF, RT J 135/958; RMS - 21.046; RE 156.404-BA; RE 157.863-DF; RE 175.548-AC; RE 136.237- AC; RE 146.934-PR; RE 156.972-PA.

e) Recurso em Mandado de Segurança nº 00210338/160, Relator Ministro CARLOS VELLOSO, DJ de 11/10/91:

EMENTA - Constitucional. Administrativo. Funcionário. Concurso. Público. Limite de idade. Advogado de Ofício da Justiça Militar. Lei nº 7.384/85, art. 4º, 11.CF., artigo 7º, XXX, ex vi do artigo 39, par. 2º.

1. O limite de idade, no caso, para inscrição em concurso, inscrito no arte 4º, 11, da Lei nº 7.384/85, não é razoável. Precedentes do STF: RMS nº 21.046-RJ. Inteligência do disposto nos artigos 7, XXX, e 39, par. 2º da Constituição.

No SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, o entendimento é o mesmo:

a) Recurso em Mandado de Segurança nº 2.341-2, Relator Ministro ADHEMAR MACIEL, DJU de 20/2/05, p. 3212:

EMENTA. A impetrante, por ter 44 anos de idade, foi impedida de inscrever-se em concurso público para o cargo de arquiteto: a Lei Estadual 7.357/80 fixou como limite máximo a idade de 40 anos. A evidência, cabe a lei ordinária fixar, em princípio, os limites – mínimo e máximo - para a inscrição em cargo público. Essa limitação etária, todavia, deve lastrear-se numa certa razoabilidade de acordo com a exigência do serviço, sob pena de resvalar para um autêntico abusos legis, configurando discriminação pela idade, o que é defeso pela Constituição Federal (art. 7º, XXX e 37, I). No caso concreto, o cargo de arquiteto não exige grande esforço físico de seu ocupante – Acórdão completo na RT 715/265.

b) Recurso Ordinário em MS nº 6.159-RS, Relator Ministro HAMILTON CARVALHIDO, DJ de 25/02/2002.

EMENTA. Recurso Ordinário em Mandado de Segurança.

Concurso Público Magistério Estadual. Limitação da idade.

Impossibilidade. Ausência de critério razoável. Precedente do Supremo Tribunal Federal.

[...]

4. O Plenário do Excelso Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento dos recursos ordinários em mandado de segurança 21.033/DF e 21.046/RJ, firmou entendimento no sentido de que, salvo nos casos em que a limitação de idade possa ser justificada pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido, não pode a lei, em face do disposto nos artigos 7º, inciso XXX, 37, inciso I, e 39, parágrafo 2º, da Constituição da República, impor limite de idade para a inscrição em concurso público.

5. Da análise dos deveres e responsabilidades impostos ao membro do Magistério Público Estadual do Rio Grande do Sul (artigo 120 da Lei nº 6.672/74), não se mostra razoável a exigência do limite de 45 anos de idade para provimento no cargo.

c) Ação Rescisória nº 1.114-RS, Relator Ministro FÉLIX FISCHER, DJ de 21/10/2002:

EMENTA. Ação rescisória. Acórdão rescindendo proferido em recurso em mandado de segurança. Administrativo. Matéria constitucional. Inaplicabilidade da Súmula 343/STF. Concurso público. Requisitos. Limite de idade, CF, Art. 7º,XXX.

I - Não se aplica a Súmula nº 343 do STF, pois a “*quaestio*” envolve violação a artigo da “*Lex Maxima*”.

II - A CF/88 em seu art. 7º, XXX, aplicável aos servidores públicos por força do art. 39, par. 2º, proíbe a infundada diferenciação na admissão para o serviço público por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. Hipótese em que o limite máximo de idade de 35 anos, fixado para o concurso público para Fiscal de Tributos Estaduais, é ilegal, por falta de razoável amparo jurídico. Tal exigência não se justifica por não ser indispensável para o bom cumprimento da função a ser exercida. Precedentes. Pedido rescisório procedente.

d) Recurso Especial nº 642.008-RS, Relator Ministro CASTRO MEIRA, DJ de 14/2/2005 :

EMENTA. Administrativo. Recurso Especial. Responsabilidade civil do Estado. Concurso público. Edital. Exigência de idade mínima. Ilegalidade reconhecida por decisão judicial. Indenização. Danos materiais. Cabimento. Danos morais. Súmula 07/STJ.

[...]

3. Não há dúvida quanto ao dano material experimentado pela recorrente. Em razão da exigência de idade mínima, somente afastada por decisão judicial definitiva, teve sua nomeação deferida ao trânsito em julgado do processo, o que lhe rendeu um longo período sem receber os vencimento que lhe competiriam se tivesse sido oportunamente empossada.

4. Presente, no caso, o nexo de causalidade. A recorrente não foi nomeada com os outros aprovados no concurso, exclusivamente em razão de idade mínima veiculada no edital e, posteriormente, afastada por decisão judicial definitiva.

3 PROFISSÃO MILITAR – CARREIRA MILITAR – CARACTERÍSTICAS E PECULIARIDADES

A condição de militar submete o profissional a exigências peculiares que não são impostas, na sua totalidade, a nenhuma outra carreira.

Assim, podemos destacar:

- a. risco de vida permanente;
- b. sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia;
- c. disponibilidade permanente;
- d. mobilidade geográfica;
- e. vigor físico;
- f. formação específica e aperfeiçoamento constante;
- g. proibição de participar de atividades políticas;
- h. proibição de sindicalizar-se e de participação em greves ou qualquer movimento reivindicatório;
- i. restrições a direitos sociais; e
- j. processo de ascensão profissional.

O exercício da atividade militar, por sua própria natureza, exige o comprometimento da própria vida. O convívio com o risco é constante, seja nos treinamentos, seja na guerra, com a possibilidade, sempre presente, de dano físico ou do evento morte.

Ao ingressar nas Forças Armadas, o militar tem que obedecer a severas normas disciplinares e a estritos princípios hierárquicos, que condicionam toda a sua vida pessoal e profissional.

O Estatuto dos Militares – Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, prescreve, no seu artigo 27, as manifestações essenciais do valor militar, no artigo 28, os princípios da ética militar, e, no artigo 31, os deveres militares aos quais estão indissolúvelmente submetidos todos os militares, quer os da ativa, quer os da inatividade.

Ao militar é exigido dedicação exclusiva, não podendo exercer qualquer outra atividade profissional, à exceção dos oficiais dos Quadros de Saúde, aos quais é permitido o exercício de atividade técnico-profissional no meio civil, com o intuito de desenvolver a prática profissional, mas desde que tal prática não prejudique o serviço.

O militar não é militar apenas durante sua permanência nas Organizações Militares. Ele se mantém disponível para o serviço ao longo das 24 horas do dia, sem direito a reivindicar qualquer remuneração extra, compensação de qualquer ordem ou cômputo de serviço especial.

Por outro lado, pode ser movimentado em qualquer época do ano, para qualquer região do País, indo, como acontece em alguns casos, residir em locais inóspitos e destituídos de infra-estrutura de apoio à família.

As atribuições que o militar desempenha, não só por ocasião de eventuais conflitos para os quais deve estar sempre preparado, mas, também, em tempo de paz, exigem-lhe elevado nível de saúde física e mental, razão pela qual é submetido, durante toda a sua carreira, a periódicos exames médicos e testes de aptidão física que condicionam a sua permanência no serviço ativo.

O exercício da profissão militar exige uma rigorosa e diferenciada formação. Ao longo de sua vida profissional o militar de carreira passa por um sistema de educação continuada, que lhe permite adquirir as capacitações específicas dos diversos níveis de exercício da profissão, realizando reciclagens periódicas para fins de atualização e manutenção dos padrões de desempenho.

Deve-se ressaltar, ainda, que o militar não usufrui de alguns direitos sociais, de caráter universal, que são assegurados aos trabalhadores, dentre os quais incluem-se a remuneração do trabalho noturno superior à do trabalho diurno, a jornada de trabalho diário limitada a oito horas, a obrigatoriedade de repouso semanal remunerado e a remuneração de serviço extraordinário, devido a trabalho superior a oito horas diárias.

As exigências da profissão não se restringem à pessoa do militar, mas afetam, também, a vida familiar, a educação dos filhos pelas mudanças constantes de cidade, impedindo o estabelecimento de relações duradouras pelo núcleo familiar, pela razão de hoje estar aqui, amanhã em outro lugar durante toda sua vida profissional.

O processo de ascensão funcional na carreira militar difere das práticas existentes nas diversas instituições.

Os postos e as graduações dos militares são indispensáveis, não só na guerra, mas também em tempo de paz, pois traduzem, dentro de uma faixa etária específica, responsabilidade e habilitação necessária para o exercício dos cargos e das atribuições que lhe são correspondentes.

A exemplo do que ocorre em todo o mundo, não é só uma temeridade, como também uma irresponsabilidade, com relação a operacionalidade da Força, exigir exercício pleno das atividades militares de oficiais e praças em idade avançada.

O militar exerce, ao longo da sua carreira, cargos e funções em graus de complexidade crescente, o que faz da liderança fator imprescindível à instituição. Esses aspectos determinam a existência de um fluxo de carreira planejado, obediente a critérios definidos, que incluem a higidez, a capacitação profissional e os limites de idade, tudo isso influenciando nas promoções aos postos e graduações subsequentes. Sem esse fluxo, a renovação permanente, possibilitada pela rotatividade dos cargos, ficará extremamente prejudicada e a operacionalidade atingida.

O Estatuto dos Militares estabelece as condições para a transferência do militar para a inatividade e, em seu art. 98, prevê as idades-limites de permanência dos militares nos postos e graduações. No mesmo intuito, dispõe a Lei nº 5.821/1972 sobre as promoções de Oficiais das Forças Armadas, prescrevendo que para o desenvolvimento do fluxo de carreira é necessário, entre outras condições, o cumprimento de interstício em cada Posto.

Os critérios e as circunstâncias que asseguram o acesso à hierarquia mediante promoções, de forma seletiva, gradual e sucessiva, resultam de um planejamento a ser realizado por cada Força Armada, de acordo com as respectivas peculiaridades, consoante o art. 2º da mesma Lei. Encontra-se prevista no Estatuto, para tanto, a possibilidade de o militar ser transferido para a reserva remunerada, compulsoriamente, por atingir as idades-limites previstas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do inciso I, do art. 98, em consonância com o preceito constitucional previsto no art. 142, inciso X, acima transcrito (v. item 2).

Por essa razão, o limite de idade para ingresso nos diversos Corpos e Quadros da Marinha é fixado com base em estudos de planos de carreira, respaldados pelas referidas legislações.

Ressalte-se que, caso não ocorra uma adequação entre a idade para o ingresso e o tempo de permanência do militar em cada posto ou graduação, uma parcela dos militares incorporados às Forças Armadas teria a carreira interrompida prematuramente, deixando de prestar o serviço pelo tempo previsto no art. 97 da Lei nº 6.880/1980 (30 anos), já que, atingida a idade limite, seriam transferidos para a reserva remunerada, mesmo que precocemente, gerando ônus inaceitável para os cofres públicos.

4 LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL

A Constituição Federal, no seu artigo 142, estabelece para os militares um regime jurídico especial, *em face de requisitos e condições específicas dos militares* (grifo nosso). Toda a legislação militar, assim como as normas administrativas que regem a carreira castrense, encontram fundamento no

disposto no art. 142 da Constituição da República, que revela a peculiaridade do regime constitucional que se aplica aos militares, *in verbis*:

Art. 142. As Forças *Armadas*, constituídas *pela Marinha*. pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

§ 1º Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotada, na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.

[...]

§ 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições:

[...]

X - *a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas*, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra. (grifo nosso)

Como se observa, o fator idade é levado em conta desde o regramento constitucional que defere à lei sobre ele dispor.

A Lei que regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos membros das Forças Armadas é o Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880/1980), que expressamente enuncia no “*caput*” dos seus artigos 10 e 11:

Art. 10. O ingresso nas Forças Armadas é facultado, mediante incorporação, matrícula ou nomeação, a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei e nos regulamentos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. (grifo nosso)

Art. 11. Para matrícula nos estabelecimentos de ensino militar destinados à formação de oficiais, da ativa e da reserva, e de graduados,

além das condições relativas à nacionalidade, *idade*, aptidão intelectual, capacidade física e idoneidade moral, é necessário que o candidato não exerça ou não tenha exercido atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional. (grifo nosso)

No mesmo diapasão, a Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, que especificamente dispõe sobre o ensino na Marinha, prevê a exigência de limite de idade como condição para matrícula nos diversos cursos de Formação, a ser estabelecida em edital, *in verbis*:

Art. 9º. A matrícula nos cursos que permitem o ingresso na Marinha dependerá de aprovação prévia em concurso público, cujo edital estabelecerá as condições de escolaridade, preparo técnico e profissional, sexo, *limites de idade*, idoneidade, saúde, higidez física e aptidão psicológica requeridas pelas exigências profissionais da atividade e carreira a que se destinam. (grifo nosso)

Por outro lado, depreende-se da leitura do inciso VIII do artigo 142 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 18, que *aplica-se aos militares o disposto no art. 7º. incisos VIII. XII. XVII. XVIII. XIX e XXV*, ficando claro que *o dispositivo constante do inciso XXX, art. 7º da Constituição, que proíbe a diferença de critério de admissão por motivo de idade, não se aplica aos militares* (grifo nosso).

Art. 7º [...]

XXX - proibição de diferença de salário, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, *idade*, cor ou estado civil: (grifo nosso)

Confirmando o entendimento acima exposto, convém destacar a r. sentença prolatada nos autos do Mandado de Segurança nº 96.0006039-8, da 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro:

[...] DECIDO

A carreira militar possui peculiaridades relacionadas à sua função institucional e que acarretam estrutura e princípios próprios e afastando a aplicação de regras gerais pertinentes aos servidores civis.

Nesse diapasão, é perfeitamente aceitável que para ingresso numa carreira cujo função primordial é a defesa da Pátria (CF, art. J.12) estabeleça-se critério de idade.

Em reforço a este raciocínio, note-se que o Constituinte, ao contrário do que fez em relação aos servidores civis, não determinou a aplicação aos servidores militares do inciso XXX do artigo 7º da Carta Magna que veda, dentre outros critérios, justamente a discriminação por idade.

Isto posto, DENEGO A SEGURANÇA e revogo a liminar anteriormente concedida, condenando as impetrantes nas custas processuais.[...] (grifo nosso).

5 CONCLUSÃO

A carreira militar é estruturada de forma singular em relação às outras atividades, também inerentes ao Estado, pois tem características diferenciadas em vários aspectos, que vão desde o tipo de promoção de seus profissionais, ou o modo peculiar de que se reveste o exercício de suas funções, até a condição especial de seus inativos. Tais princípios são internacionalmente reconhecidos e não atendê-los significa correr o risco de inviabilizar a carreira para o fim maior a que se destina.

Assim, o fator idade não pode ser considerado da mesma forma que no ingresso em cargo civil, quando no ingresso na carreira militar.

As peculiaridades apontadas da profissão militar impõem que na admissão do candidato à carreira militar seja levado em conta a idade, diferentemente do que ocorre no ingresso de candidato a cargo civil, sob pena de se igualarem situações desiguais.

Por todo o exposto, torna-se perfeitamente jurídico, racional e coerente que, na admissão do candidato à carreira militar, seja considerada a idade como requisito de observância obrigatória.